

**VANESSA BARBOSA E SILVA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA ALTERNATIVA PARA A REDUÇÃO DO  
DESEMPREGO NO BRASIL NA ATUALIDADE**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº Dr. Divonzir Beloto

**CURITIBA  
OUTUBRO 2006**

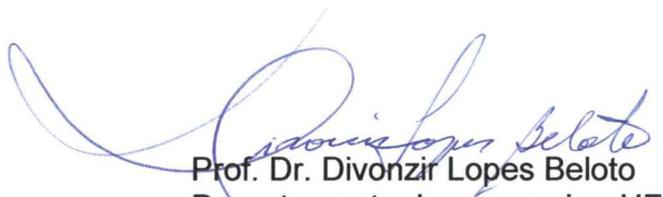
## TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA BARBOSA E SILVA

### ECONOMIA SOLIDÁRIA – UMA ALTERNATIVA PARA A REDUÇÃO DO DESEMPREGO NO BRASIL NA ATUALIDADE

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Divonzir Lopes Beloto  
Departamento de economia - UFPR



Profª Ana Lucia Jansen de Mello de Santana  
Departamento de economia – UFPR



Prof. Dr. Claus Magno Germer  
Departamento de economia - UFPR

Curitiba, 26 de outubro de 2006.

## **AGRADECIMENTOS:**

Agradeço à Deus, que sempre me iluminou e me ajudou diante das dificuldades, e me deu forças para que eu continuasse lutando pelos meus objetivos;

Agradeço a minha família, principalmente a minha mãe Helga, que me deu possibilidades para eu cursar a faculdade, e que ao decorrer desses anos universitários sempre me deu sustentação e apoio para esse desafio;

Agradeço ao meu namorado Claudinei, que esteve caminhando do meu lado, sempre me apoiando, me ajudando e servindo de sustentáculo, que com seu amor teve paciência e me deu tranquilidade, e que compartilha comigo mais esse objetivo concretizado;

Agradeço aos meus amigos e colegas que me ajudaram, me dando idéias e incentivos para a conclusão desse trabalho;

Agradeço ao meu orientador Divonzir, que com sua experiência e sabedoria conseguiu me ajudar na concretização dessa etapa vencida.

## SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	v
LISTA DE SIGLAS .....	vi
RESUMO.....	vii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 TEORIAS SOBRE CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES.....	3
2.1 EFEITOS DO CAPITALISMO SEGUNDO KARL MARX.....	3
2.1.1 A composição do capital.....	3
2.1.2 O Exército Industrial de Reserva.....	4
2.2 CRITICA AO CAPITALISMO DE FRIEDRICH ENGELS E KARL MARX.....	5
2.2.1 Surgimento da maquinaria.....	6
2.2.2 Soluções com os problemas do capitalismo.....	7
2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA SEGUNDO PAUL SINGER.....	7
2.3.1 Empresa solidária X Empresa capitalista.....	8
3 UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA PARA A DIMINUIÇÃO DO DESEMPREGO.....	11
3.1 OS PRIMORDIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	11
3.1.1 Surgimento do movimento cooperativista no Brasil.....	13
3.1.2 Capitalismo – uma possível dificuldade.....	14
4 O DESEMPREGO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	16
4.1 O DESEMPREGO.....	16
4.2 O QUE É UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA HOJE.....	18
4.2.1 Autogestão.....	19
4.2.2 o Programa SENAES.....	20
5 INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES: A EXPERIÊNCIA DA UFPR.....	27
5.1 COMO FUNCIONA A ITCP DA UFPR.....	27
5.2 PRINCIPAIS EMPRESAS SOLIDÁRIAS ASSESSORADAS PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DA UFPR.....	28
5.2.1 Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA.....	28
5.2.2 Comunidade do município de Mandirituba – COOPERMANDI.....	29
5.2.3 Cooperativa de Pescados de Antonina – COOPSERRAMAR.....	30
6 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS.....	34
BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS.....	35
ANEXOS.....	37

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1	- TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL – 2001-2006.....	16
QUADRO 1	- OBJETIVO DO SENAES.....	22
GRÁFICO 2 -	EMPREENDEMENTOS FORMADOS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO SENAES NO BRASIL – 2003 A 2005.....	23
QUADRO 2 -	MOTIVOS PARA A CRIAÇÃO DE EMPREENDEMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005.....	24
QUADRO 3	- PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS EM EMPREENDEMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005 .....	24
QUADRO 4	- SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS EMPREENDEMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005.....	25

## LISTA DE SIGLAS

ANTEAG	- Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão e participação Acionária
COEMBRA	- Cooperativa de Embalagens Brasil
COOPERMANDI	- Cooperativa do Município de Mandirituba
COOPSERRAMAR	- Cooperativa de Pescados de Antonina
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITCP	- Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MTE	- Ministério do Trabalho e Emprego
PACs	- Projetos Alternativos Comunitários
PME	- Pesquisa Mensal de Emprego
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
RGS	- Rio Grande do Sul
SENAES	- Secretaria Nacional de Economia Solidária
SETEP	- Secretaria do Emprego e Relações do trabalho
SIES	- Sistema Nacional de Economia Solidária
UFPR	- Universidade Federal do Paraná

## RESUMO

Este presente trabalho terá como enfoque a análise do que é o sistema chamado de economia solidária. É proposta a idéia de que o sistema é uma alternativa ao desemprego, à exclusão social, a geração de renda e a insatisfação dos trabalhadores quanto ao sistema capitalista. O trabalho enfatiza as características de uma economia solidária e justa, analisa o seu surgimento, suas práticas e contribuições. É usada a análise qualitativa, com dados extraídos do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, na avaliação sobre o avanço da economia solidária no país. É usada também a análise comparativa, quando se refere a uma empresa solidária X uma empresa capitalista. Também é analisado o desemprego brasileiro e suas causas, o cooperativismo, e um programa do Governo Federal criado para fomentar a economia solidária; portanto, é usada também a análise descritiva. E, finalmente, é feito um estudo de caso com algumas empresas solidárias existentes na região de Curitiba.

Palavras-chave: economia solidária; sistema capitalista; cooperativismo; fomento.

## 1 INTRODUÇÃO

Em qualquer país, seja subdesenvolvido ou não, o desemprego é um grande problema para qualquer governo. São criadas políticas econômicas, para tentar diminuir o problema, campanhas para uma maior inclusão social, estudos e pesquisas procurando a “cura”. Mas a verdade é que o grande problema que predomina em nosso país ao longo do tempo não tem uma única solução para desaparecer por total e no curto prazo. Às vezes, ele é amenizado, como aconteceu na implantação do Plano Real. Porém, a taxa ainda é muito alta, com milhares de cidadãos fora do mercado de trabalho, seja pela falta de capacitação dos trabalhadores, seja pela redução de custos empresariais cada vez maiores, pela substituição do homem pela máquina e pelo crescimento do capitalismo. Porém é possível buscar alternativas para a redução do grande número de desempregados. Ao longo dessa monografia, baseada nas idéias de Paul Singer e nos ensinamentos marxistas, será proposta a idéia da economia solidária. Terá como propósito analisar se esse sistema é viável em nosso país, suas características, se poderá ser uma contribuição ao problema do desemprego, e analisar suas diferenças com o modo capitalista de produção.

No capítulo 2, no qual será mostrado o referencial teórico, onde irá ser abordada a teoria marxista. Irá ser argumentado sobre o sistema capitalista, sua crítica perante os socialistas, e as conseqüências que o sistema traz para a sociedade. No mesmo capítulo, será introduzida a idéia de economia solidária, segundo o economista Paul Singer, que é o maior estudioso sobre o assunto no Brasil.

No 3º capítulo irá ser estudado as evoluções do desemprego e do surgimento de alternativas para contornar esse problema.

Com o capítulo 4 irá ser introduzido o conceito do desemprego e da economia solidária dos dias atuais. Além de mostrar as características do novo sistema, irá ser analisado um programa do Governo que foi idealizado para apoiar a economia solidária.

No 5° capítulo será feito um estudo de caso sobre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFPR. Irá ser mostrado um estudo feito sobre o projeto, a visita feita na incubadora, bem como entrevistas realizadas nas cooperativas assessoradas.

No 6° capítulo irá ser concluído o presente trabalho. Após, irão ser mostrados anexos relacionados com a monografia.

## 2. TEORIAS SOBRE CAPITALISMO E SUAS CONTRADIÇÕES

Neste primeiro capítulo serão vistas as críticas ao capitalismo, bem como esse sistema é o maior responsável pelas crises de desemprego. No ponto 2.1, é citada a idéia que Karl Marx colocou em seu livro "O Capital", de como pode ser excessiva a massa de trabalhadores adicional necessária. No sub-capítulo 2.2 é dada a idéia do cooperativismo como alternativa as crises industriais. E em 2.3 é mostrada a idéia da economia solidária, de Paul Singer.

### 2.1 EFEITOS DO CAPITALISMO SEGUNDO KARL MARX

O desemprego é crescente no mundo inteiro, principalmente depois da Revolução Industrial, ocorrida no século XIX, com a troca do trabalho do homem pela máquina. E esse grande problema, parecendo cada vez mais insolucionável e tornando sempre um grande desafio para todos os países, é uma consequência do sistema capitalista.

A seguir serão mostrados os efeitos do capitalismo segundo Marx, em seu livro "O Capital" (1890). No primeiro ponto será mostrada a composição do capital, e suas consequências com seus aumentos ou decréscimos. No segundo ponto será verificada a constituição do exército industrial de reserva.

#### 2.1.1 A composição do capital

A composição do capital pode ser vista sob dois aspectos: do ponto de vista do valor, que é determinado pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho. Do ponto de vista do processo de produção, o capital se divide em meios de produção e força de trabalho viva. Essa composição é determinada pela relação entre o volume dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados.

Com o crescimento do capital global, também cresce seu componente variável, ou a força de trabalho nele incorporada, e também o capital constante, mas em proporções diferentes. Como demonstra a equação  $c/v$ , exemplifica MARX (1890 p.730):

Com o progresso da acumulação, varia a relação entre capital constante e capital variável. De 1:1 originalmente, ela passa digamos para 2:1, 3:1, 4:1, 5:1, 6:1, 7:1. Desse modo, ao crescer o capital, emprega-se em força de trabalho, em vez de  $\frac{1}{2}$  de seu capital global, progressivamente apenas  $\frac{1}{3}$ ,  $\frac{1}{4}$ ,  $\frac{1}{5}$ ,  $\frac{1}{6}$ ,  $\frac{1}{7}$  e  $\frac{1}{8}$  (...) sendo a procura de trabalho determinada não pela magnitude do capital global, mas pela magnitude de sua parte variável, ela cai progressivamente com o aumento do capital global ao invés de crescer proporcionalmente com ele.

Pode ser dado um exemplo numérico: seja capital constante igual a 100, e capital variável igual a 200. Atribuindo a fórmula de Marx, temos  $100/200$ , o que resulta numa composição orgânica de 0,5. Agora seja suposto o mesmo capital variável igual a 200, e um capital constante igual a 300. Sob a fórmula  $c/v$ , é tida a equação  $300/200$ , o que resulta numa composição orgânica de 1,5. Ou seja, resulta numa composição orgânica maior. Haverá assim, uma diminuição relativa da parte variável do capital, acelerada com o crescimento do capital global. Essa diminuição da parte variável é mais rápida do que o crescimento do capital global. Assim, Marx assume que isso poderia ser causa de um crescimento da população trabalhadora mais rápido que o do capital variável. Mas, o pensador diz que já é de natureza da acumulação capitalista que ela produza uma população trabalhadora supérflua, que passe dos limites da necessidade.

### 2.1.2 O Exército Industrial de Reserva

O crescimento do capitalismo causa um crescimento da população trabalhadora maior do que o necessário, tornando-a excedente. Nas palavras de Marx (1890 p. 732): "... a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente,

uma população supérflua. Esta é uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção”.

Essa população é produto necessário do desenvolvimento do capitalismo, constituindo um exército industrial de reserva disponível. Ela se torna um material humano a disposição das necessidades das grandes oscilações da economia. O número de trabalhadores empregados depende do acréscimo ou decréscimo do capital variável.

O capital variável aumenta se o trabalhador individual fornecer mais trabalho, e não na contratação de mais trabalhadores. O capitalista tem interesse de extrair a maior quantidade possível de trabalho de um menor número de trabalhadores.

Nas palavras de MARX (1890 p. 738): “O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital”.

Assim, quando os trabalhadores descobrem que, quanto mais eles trabalham, maior é a riqueza de seus patrões, e quanto maior a concorrência entre suas próprias forças produtivas, menor são seus salários. Sendo assim, empregados e desempregados procuram organizar uma ação conjunta para poder enfraquecer as más conseqüências do capitalismo. Impedindo a formação do Exército Industrial de Reserva, impede também a subordinação da classe trabalhadora.

## 2.2 CRITICA AO CAPITALISMO DE FRIEDRICH ENGELS E KARL MARX

O desemprego gera uma critica ao capitalismo, surgindo idéias de como contornar o problema. O conceito da cooperativa como alternativa a geração de emprego é uma delas. Abaixo serão mostradas as propostas de Karl Marx e Friedrich Engels, em “Manifesto do Partido Comunista” (1847), no qual argumentam as diferenças entre a classe burguesa e o proletariado, e fazem uma absoluta crítica à essa divisão de classes, defendendo a criação de uma nova ordem social.

### 2.2.1 Surgimento da maquinaria

Com a Revolução Industrial, o antigo sistema manufatureiro ou de indústria baseado no trabalho manual foi completamente abolido com o aparecimento das máquinas. Conseqüentemente, a burguesia aumenta o máximo sua riqueza e seu poder. Como diz MARX e ENGELS (1847 p.67):

A própria manufatura tornou-se insuficiente. Em conseqüência, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna; o estamento médio industrial cedeu o lugar aos industriais milionários, aos chefes de exércitos industriais inteiros, aos burgueses modernos.

Com essa Revolução, se desenvolveu também a classe proletária. E o proletariado cresce à medida que cresce o capital.

Com a criação da indústria, as máquinas foram meios de aumentar a produção industrial ao infinito, em pouco tempo e a baixos custos. Com essa grande facilidade de produção, em pouco tempo produziu-se mais do que podia ser consumido. As mercadorias fabricadas não conseguiam ser vendidas, criando assim o que se chama crise comercial. As fábricas eram obrigadas a parar constantemente, originando o desemprego dos funcionários. Assim, se a indústria continuasse se mantendo em sua base atual, só colocaria a perigo a civilização com suas crises, colocando os proletários na miséria e a ruína de um grande número de burgueses. Os problemas que o capitalismo traz para o proletariado são colocados na citação abaixo, de MARX e ENGELS (1847 p.72):

O desenvolvimento da maquinaria e a divisão do trabalho levam o trabalho dos proletários a perder todo caráter independente e com isso qualquer atrativo para o operário. Esse se torna um simples acessório para a máquina, do qual se quer a operação mais simples, mais monótona, mais fácil de aprender. Em decorrência, as despesas causadas pelo operário reduzem-se quase exclusivamente aos meios de subsistência de que necessita para sua manutenção e para a reprodução de sua espécie. Mas o preço de uma mercadoria e, por

tanto, do trabalho, é igual ao seu custo de produção. Logo, à medida que aumenta o tédio do trabalho, diminui o salário.

Com o aperfeiçoamento das máquinas, é cada vez menos necessária a força de trabalho humana. Mas, sempre é necessário o trabalhador que opere o instrumento. Na citação acima, é colocada a idéia de que, cada vez que a maquinaria é aprimorada, colocada mais tecnologia, e mais fácil sua utilização, menos será o custo, pois serão necessárias menos pessoas para operá-la, e com um trabalho manual mais fácil, será diminuído o salário.

### 2.2.2 Soluções com os problemas do capitalismo

A exploração dos proprietários em cima da classe trabalhadora, as crises conseqüentes da grande concorrência, e os riscos de colocar a população em crise teria solução. Nas palavras de MARX E ENGELS (1847, p.110):

Ou se deve renunciar por completo à grande indústria, o que é absolutamente impossível, ou a grande industria torna absolutamente necessária uma organização totalmente nova da sociedade, na qual a produção industrial não seja mais dirigida por fabricantes singulares concorrentes entre si, mas por toda a sociedade, segundo um plano determinado e segundo as necessidades de todos.

Isso nos passa a idéia da criação das associações e cooperativas. No livro citado acima, é dada a idéia de abolir com a propriedade privada e as indústrias capitalistas. No presente trabalho não é objetivado colocar tal radical pensamento, e sim mostrar que algumas crises de desemprego e insatisfação nas empresas capitalistas podem ser solucionadas com a união dos trabalhadores na formação de uma empresa igualitária e justa.

### 2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA SEGUNDO PAUL SINGER

A competição na economia tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais. O capitalismo produz desigualdade crescente. Enquanto os ganhadores da

economia acumulam cada vez mais capital, os perdedores se tornam cada vez mais endividados, mais inempregáveis, mais derrotados, mais socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais

Paul Singer é um economista reconhecido nacionalmente, um dos maiores estudiosos e defensores da economia solidária. Abaixo serão mostradas suas idéias perante o assunto.

### 2.3.1 Empresa solidária X Empresa capitalista

Mais uma vez o capitalismo é criticado por suas conseqüências de gerar desemprego e desigualdade. Nas palavras de SINGER (2002, p.8)

Na economia capitalista, os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras. Isso explica por que o capitalismo produz desigualdade crescente. Enquanto os ganhadores acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os perdedores acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados.

Singer diz que seria preciso uma economia solidária em vez de competitiva para que predominasse uma igualdade social. Isto seria o caso de uma sociedade, em vez de competir, cooperar entre si.

O capitalismo é um modo de produção onde existe o direito de propriedade individual ao capital, onde a sociedade é dividida entre a classe proprietária desse capital e a classe que ganha a vida através da venda de sua força de trabalho à outra classe.

A economia solidária é outro modo de produção, onde a propriedade do capital torna-se coletiva. Todos que produzem são uma única classe de trabalhadores e que têm a posse do capital por igual. São formadores de sociedades anônimas ou cooperativas, ocasionando a igualdade e a distribuição da renda. Nas palavras de SINGER (2003, p.9):

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar ou poupar. A chave dessa proposta é a

associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões (...) se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios (...) ninguém manda em ninguém.

Numa empresa capitalista, os trabalhadores recebem salários desiguais. Eles são livres para trocar de emprego a hora que quiser, buscando sempre melhores salários. E os empregadores, na busca de contratar quem produza melhor. Nessa interação entre oferta e demanda de trabalho resulta em uma diferença de salários. É principalmente por esse motivo que existem diferenças entre cargos ocupados dentro de uma empresa. Existe grande desigualdade no trabalho manual (operários, por exemplo) do trabalho mental (diretores, gerentes, etc), não somente nos salários, mas nas decisões da empresa.

É nesse ponto que se obtém uma grande diferença entre uma empresa capitalista e uma empresa solidária. Nesta última, existem sócios, que, ao invés de salários, recebem as “sobras”, onde é calculado cada mês, conforme a receita obtida. E os sócios decidem coletivamente, em assembleias, as decisões da empresa, inclusive se as sobras devem ser divididas por igual.

A principal visão do capitalismo é a formação do lucro e sua maximização. E a diferença maior entre o lucro (ou “sobras”) desses dois modos de produção, é que o maior objetivo do capitalismo é a formação e a maximização do lucro. E da economia solidária, embora seja também uma geradora de lucro, seu maior objetivo é a geração de trabalho e a inclusão social.

Outra grande diferença entre esses dois modos é a sua administração. A empresa capitalista administra sob a forma da heterogestão, ou seja, existe a separação entre patrão e empregado, os níveis sucessivos de autoridade. Na empresa solidária, administra-se a autogestão, ou seja, ela é democrática. Mais adiante será colocada a idéia da autogestão.

Em uma entrevista ao Jornal Folha do Amapá<sup>1</sup>, em junho de 2003, Singer conceitua uma Economia Solidária como “uma economia formada por empresas onde trabalhadores são capitalistas e os capitalistas são os trabalhadores”. Nessa

---

<sup>1</sup> Entrevista na íntegra encontra-se em anexo.

mesma entrevista, Singer conta qual é a finalidade da economia solidária, ao seu ver:

É criar um outro tipo de economia e sobre ela um outro tipo de sociedade, onde não há ricos e pobres, e não há quem manda e quem obedece. A estrutura capitalista das empresas é exatamente autocrática. Todo poder está na propriedade ou quem representa a propriedade, e os outros trabalhadores obedecem a ordens (...) a proposta da economia solidária é exatamente eliminar essa divisão de classes, e a partir daí, criar uma economia não capitalista, que todos participem em atividades sociais, ou seja, todos são associados por igual.

Sua idéia é colocar que numa empresa capitalista existe a separação entre patrão e empregado. O capitalista é quem decide o quanto produzir, o quanto pagar. Se a empresa estiver indo mal, pode demitir o funcionário. Se a empresa estiver indo muito bem, adquire máquinas, equipamentos ou algo que reduza custos e facilite sua produção, necessitando menos empregados. Numa empresa solidária, é praticada a cooperação entre todos os trabalhadores. Não existe nenhuma hierarquia entre cargos, e todos decidem sobre todo o processo da empresa.

### **3 UMA POSSÍVEL ALTERNATIVA PARA A DIMINUIÇÃO DO DESEMPREGO**

No capítulo anterior foi abordada a idéia de como surgiu o cooperativismo, sendo este um dos marcos para a geração da economia solidária. A seguir será tratado sobre um assunto que é um grande problema nos tempos atuais – o desemprego. Será mostrada como é grande sua estrutura, e de como podem ser tratadas as questões sociais surgidas pela falta de trabalho.

Ao longo deste capítulo irá ser contado sobre o surgimento do alto desemprego causado com a Revolução Industrial.

#### **3.1 OS PRIMORDIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Não é de hoje que o desemprego é um dos maiores problemas não só do nosso país, mas como do mundo. E soluções para isto é o que muitos buscam. Desde a Revolução Industrial, ocorrida primeiramente na Inglaterra, ocorreu um desemprego em massa e uma grande crise, devido ao surgimento das máquinas, e da expulsão dos camponeses dos domínios senhoriais. Para a situação ser revertida, havia a necessidade de reinserir os trabalhadores que ficaram fora do mercado de trabalho de volta a produção, permitindo-lhe ganhar e gastar no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtores. Robert Owen (1771/1858), um dos primeiros pensadores socialista e grande industrial daquela época, que era a favor da proteção aos trabalhadores, propôs ao governo Inglês a construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias.

Com idealizadores como OWEN, foi que surgiu o primeiro indício de cooperativismo, na Inglaterra e também na França, mas todos com pouca duração, por causa da difícil sustentabilidade ou por perseguições políticas. Pode ser destacada a primeira cooperativa organizada formalmente – a cooperativa dos tecelões de Rochdale. Segundo estudos, os operários trabalhavam até 18 horas por dia, os salários eram baixíssimos e viviam precariamente. A situação agravou-se

com a introdução da máquina a vapor, o que correspondia o desemprego de muitos trabalhadores. Desse modo, surgiu a união dos operários para a organização de uma cooperativa, a fim de fugir do desemprego. Primeiramente cultivaram uma área rural para o cultivo de alimentos. Depois de um ano, conseguiram abrir um armazém para a venda dos alimentos. Com o sucesso obtido, foi inspirada a criação de inúmeras cooperativas pela Europa, sobretudo na Alemanha e na Itália. De acordo com PINHO (1973 p 18): “As bases da doutrina cooperativista delinear-se no início do século XX, como parte de um conjunto de reações que procuravam atenuar ou suprimir os desequilíbrios econômicos e sociais, resultantes do liberalismo econômico”.

No século XX, o cooperativismo se fortalece. De acordo com BENATO<sup>1</sup> em 1946 havia no mundo cerca de 810 mil empreendimentos cooperativos, e em 1962, cerca de 1/3 da população mundial era associado de cooperativas.

No Brasil, a doutrina cooperativista já encontrava adeptos, mas é só a partir da abolição da escravidão, em 1888, que puderam surgir as primeiras cooperativas. Houve várias tentativas, mas a primeira que pode ser destacada foi a criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica, em Limeira, São Paulo, ocorrida em 1891. (PINHO, 1961, p. 17)

Segundo estudos de SINGER (2002, p.122), após a vinda dos emigrantes Europeus é que o cooperativismo se consolidou no país. Porém, eram cooperativas de consumo ou agrícolas, controladas por empresários, onde haviam assalariados. Não era praticada a autogestão, e, portanto não são considerados empreendimentos de economia solidária. Singer diz que é só por volta de 1980 que a economia solidária irá aparecer no Brasil, como diz em suas palavras: (SINGER, 2002 p. 122):

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu

---

<sup>1</sup> BENATO, J.V.A. (1995, p.15)

em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias.

Em 1980, houve a criação das PACs – Projetos Alternativos Comunitários, no qual a Cáritas – entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – financiou inúmeros projetos que se destinavam a geração de trabalho e renda de forma associada, nas cidades e no meio rural. Uma boa parte desses projetos se transformou depois em empreendimentos de economia solidária. Alguns dependem da ajuda da Cáritas até hoje, outros estão conseguindo ser independente economicamente com a venda de seus produtos.

Outra forma de consolidação de cooperativas no país foi a de tomada de empresas capitalistas que faliram, e que os trabalhadores a ressuscitam sob a forma de cooperativas autogestionárias. Segundo SINGER, “foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defender da hecatombe industrial, preservando os seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões”. Podem ser citados casos como a da falência da empresa Makerli, em Franca, São Paulo, empresa de calçados, onde os trabalhadores se uniram e a transformaram na Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), a qual hoje se filiam mais de cem cooperativas.

### 3.1.1 Surgimento do movimento cooperativista no Brasil

No Brasil, este sistema foi trazido pelos imigrantes europeus que aqui se instalaram, e por alguma dificuldade em se empregar, para conseguir sustento formavam-se em grupos e produziam seus próprios meios de subsistência. Desde aí surge à chamada economia solidária – a cooperação entre trabalhadores para construir soluções que gerem trabalho e renda. Ela se tornou mais abrangente no Brasil entre as décadas de 80 e 90, conhecidas como as décadas perdidas, quando o país se desindustrializou e milhões de pessoas se puseram desempregadas e assumiram cooperativas ou associações produtivas. Em 1999 surgiram as ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, formadas por entidades

universitárias, que visam aprimorar o sistema da Economia Solidária. A Universidade Federal do Paraná é uma das participantes, onde mais adiante será explicada sua participação. Em 2003, foi aprovada no Congresso Nacional a criação de uma Secretaria Nacional atenciona para a Economia Solidária, a SENAES. Mais adiante também será explicada sua intencionalidade.

### 3.1.2 Capitalismo – uma possível dificuldade

Uma Empresa Solidária que deixa de objetivar o emprego e a inclusão social, e começa a visar o lucro, deixa de ser solidária e passa a ser capitalista.

O entendimento do Capitalismo poderia ser que é um sistema sócio – econômico em que os meios de produção pertencem a um único dono, e que existe uma classe de não proprietários trabalhando para este proprietário do capital, e que seu objetivo principal, quando não o único, é a obtenção do lucro. Como já dizia Marx, “o capital é valor que se valoriza, valor que conduz à mais valor”.

O sistema capitalista é tomado como natural. O trabalhador, em geral, não possui o poder de decidir sua atividade, pois nunca dispõe das informações necessárias para tanto. O capitalista monopoliza estas informações. Por isso diz que o trabalho sob o capital é “alienado”, ou seja, cedido em troca de um salário pelo qual o assalariado necessita para sua subsistência, bem como o sustento de sua família.

Segundo Paul Singer, um problema do capitalismo é que a competição nos mercados capitalistas gera mudança nos processos de produção, visando aumentar cada vez mais a produtividade reduzindo os custos de produção e distribuição. Esta é a outra importante maneira de aumentar os lucros. E com isso, a substituição cada vez maior do homem pela máquina. Em seu estudo da história do capitalismo, disse SINGER (1989, p.11):

“Qual é a essência do capitalismo? É a corrida generalizada atrás do dinheiro, é a competição cega das empresas no mercado, é a invenção de novos produtos, é a

caça pelos consumidores (...) é o trabalho alienado de muitos, subordinado às ordens do capital agindo às cegas e que, ao agir assim, ora cria progresso, ora crise(...).

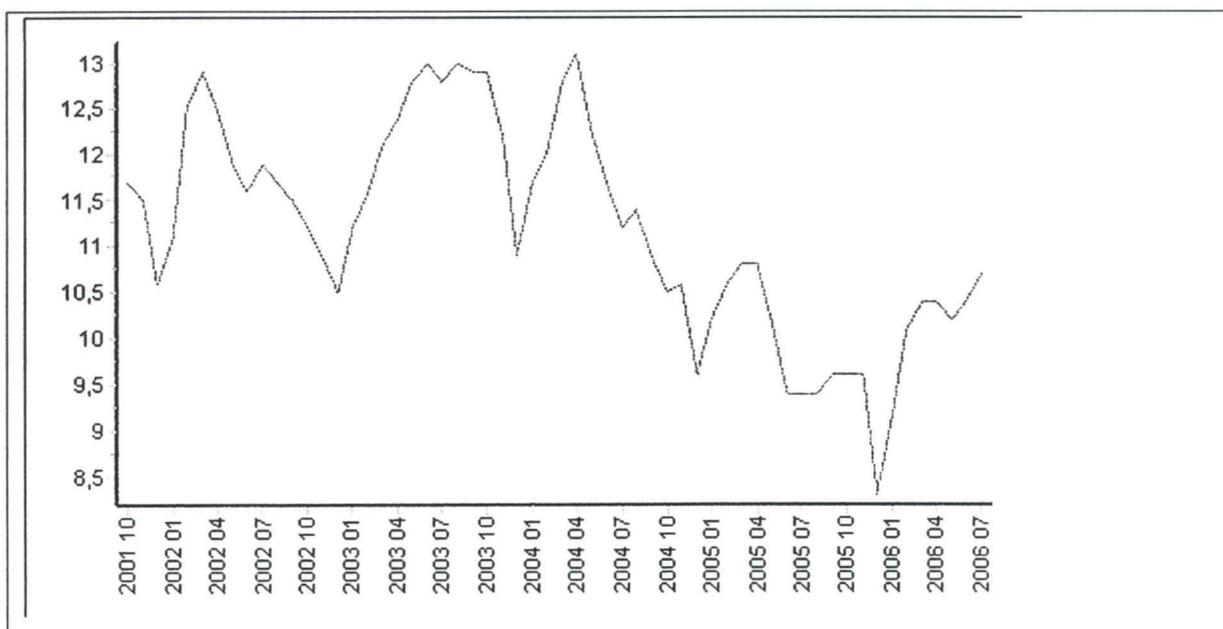
## 4 O DESEMPREGO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA

No capítulo 3 foi mostrado o desemprego como um problema mundial. Deu-se a idéia da economia solidária como uma alternativa para a redução do problema. Neste presente capítulo será mostrado o problema da falta de emprego dos dias atuais, como é uma economia solidária, suas características, de como este sistema vem conseguindo apoio do Governo e outros órgãos e como vem obtendo resultados para o combate ao desemprego.

### 4.1 O DESEMPREGO

O Brasil é um país que historicamente sofre com problemas como desemprego e desigualdade social. Durante a década de 90, através do plano real, o país conseguiu atingir uma relativa estabilidade cambial e controle da inflação, no entanto, não foi o suficiente para a diminuição do desemprego. Esse problema vem, em boa parte, da falta de capacitação do trabalhador, da conjuntura econômica brasileira, da falta de investimentos, condições salariais, entre outros.

GRÁFICO 1 – TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL – 2001-2006



FONTE: Pesquisa Mensal De Emprego – PME  
Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística - IBGE

Como se vê no gráfico acima, a taxa de desemprego no Brasil oscila muito, mas nota-se que a taxa de desemprego é sempre alta, sempre passando dos 8 pontos percentuais.

No Brasil, a preocupação se volta para os sindicatos, para os estudiosos, autoridades governamentais, de como contornar os problemas sociais. Não sabemos ao certo de quanto é o desemprego, enquanto o DIEESE afirma que está em 18%, o IBGE alega que está em torno dos 12%. Mas a verdade é que se sabe que a massa de trabalhadores desempregados é grande, e vem se agravando com o aumento da pobreza, da criminalidade, da indignidade e da sensação de inutilidade para com o mundo social.

No capítulo 1 foi citada a crítica do sistema capitalista segundo as fundamentações marxistas, e as causas do desemprego. Foi falado sobre a Revolução Industrial, que foi a origem do surto da procura por trabalho. Segundo GARDINI (2005), o aparecimento das máquinas foi uma das maiores causas do desemprego: “Ao mesmo tempo em que cresce a capacidade produtiva, cresce também o desemprego. Assim, as máquinas substituem os homens no processo produtivo, mas os beneficiados são os donos do capital constante”.

Quando foi citada a teoria marxista, foi argumentado sobre o desemprego conjuntural, que se resume no excesso de mão – de – obra, cujo objetivo para Marx era manter os salários baixos. De acordo com MONTECLARO (2006, p.1), na situação de hoje é preciso ver o desemprego estrutural, que em suas palavras:

O desemprego estrutural contemporâneo é muito diferente do que existia até meados dos anos 1970. Até lá, o problema se resumia a um excesso de oferta de mão – de – obra, em algumas regiões, em relação à capacidade instalada (...) agora o problema é outro. A reestruturação produtiva ou reengenharia da produção visa a drástica redução da necessidade de mão de obra nos processos produtivos.

Por causa desse novo contexto de modernização das empresas, os empresários buscam empregados com uma maior qualificação, a qual passa a ser muito valorizada, e recebem altos salários. Assim, MONTECLARO afirma que o grupo dos “excluídos” do mercado de trabalho, depois de passar para a classe de

desempregados, podem decidir se estabelecerem por conta própria. Abrem pequenos negócios, e muitas vezes de âmbito familiar.

## 4.2 O QUE É UMA ECONOMIA SOLIDÁRIA HOJE

Não existe um conceito unívoco da economia solidária. Pode ser usada a idéia do Ministério do Trabalho, que diz que é um sistema que corresponde a um conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão. Estas estão distribuídas em cooperativas, clubes de troca, associações comunitárias de produção, redes de produção, comercialização e consumo, grupos informais produtivos de segmentos específicos, entre outros. O MINISTÉRIO DO TRABALHO (2005) diz que: “A economia solidária deve ser vista como estratégia de enfrentamento da exclusão e da precarização do trabalho, sustentada em formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos participativos e sustentáveis de desenvolvimento local”.

Uma das principais características da economia solidária, segundo o Governo Federal, além da prática da cooperação e uma justa distribuição entre os trabalhadores dos resultados obtidos, é quando a empresa é autogestionária e quando seu objetivo é a geração de trabalho e renda para aqueles que estão fora do mercado de trabalho.

Podemos conceituar a economia solidária como uma forma alternativa do capitalismo. Nas palavras de POCHMANN (2004 p.32):

Não obstante o agravamento do quadro econômico e social identifica-se o aparecimento de novos espaços para a manifestação de modos de produção distintos da economia capitalista. A combinação entre força de trabalho sobrando às necessidades do capital de novo e um conjunto de militantes sociais críticos e engajados tem possibilitado avanços importantes no âmbito da economia solidária.

Essa fase ainda inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento. Com isso, seus limites de expansão passam a ser menos expressivos, constituindo-se como um modo e produção alternativo no Brasil.

Em entrevista à Revista Mundo Jovem, da PUC –RGS, o economista SANTOS conceitua:

O empreendedorismo é alguma coisa nova que alguém está querendo fazer; criar uma perspectiva de ter uma melhor condição de vida; superar-se diante das dificuldades. Isso se relaciona com a economia solidária na medida em que as pessoas têm dificuldade de superar-se individualmente, associam-se com alguém, relacionam-se e aí surge o que chamamos de economia solidária. São práticas coletivas para gerar condições de trabalho, de renda, umas vidas mais dignas e mais humanas.

Como visto anteriormente, o avanço do capitalismo traz inúmeros problemas, com a falta de emprego, exclusão social, a exploração dos patrões em cima dos empregados. Com um modo alternativo, pode ser dito que pode ser resolvido muito dos problemas trazidos pelos capitalistas.

#### 4.2.1 Autogestão

Como já foi dito, uma economia solidária é necessária a prática da autogestão -uma nova prática de administrar empresas. Poderia ser comparado como uma economia mercantil simples, onde o trabalhador é proprietário do resultado de seu trabalho, tendo controle do processo de produção. Assim, na utilização da autogestão é eliminada a separação entre o dono da força de trabalho e o dono dos meios de produção. Na conceituação de FARIA: (2005 p.118).

Autogestão é o sistema de organização das atividades sociais desenvolvidas cooperativamente em que as decisões são tomadas pela coletividade. Nas unidades produtivas refere-se à participação autônoma e ao controle direto pelos trabalhadores sobre o processo de investimento e acumulação; à eleição e demissão de seus dirigentes e representantes; a definição das formas de punição e recompensa; a tomada de decisões a respeito do planejamento e execução da produção e sobre a distribuição de renda nas empresas.

O que é possível afirmar é que toda essa prática democrática é realizada por uma organização de trabalhadores que detêm o controle sobre o processo de

produção, e é decidido em conjunto como será produzido e sua destinação. Na hora da distribuição do resultado obtido, é feita a repartição de acordo com a proporção do tempo e da natureza do trabalho de cada um, não havendo geração de mais-valia apropriada por outrem, como no capitalismo.

Singer acredita que o acesso à informação é fundamental para uma empresa autogestionária. Numa empresa capitalista, onde é aplicada a heterogestão, existe uma grande competição entre os setores, principalmente se a empresa for de grande porte, onde disputam a destinação dos fundos de investimento, por exemplo. Quando é aplicada a autogestão, as decisões são tomadas coletivamente, e todos os membros têm a informação sobre a destinação de suas sobras, qual é o setor que está com a maior necessidade de atenção e do resultado obtido. Nas palavras de SINGER (2002, p.19):

Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema (...) a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles têm de se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou pra atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios.

#### 4.2.2 o Programa SENAES

Em junho de 2003 foi implantado no governo Federal a Secretaria Nacional da Economia Solidária, que tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Segundo o Ministério o Trabalho, as mudanças de ordem econômica e social, ocorridas no país, fragilizaram o modelo de relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho contribuem ainda mais com a conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sua

sobrevivência. Assim, abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na economia solidária é encontrado trabalhador organizado de forma coletiva, onde gerencia seu próprio trabalho. Assim, o SENAES propõe implementar políticas de geração de renda, para a inclusão daqueles menos favorecidos na sociedade. De acordo com o MINISTÉRIO DO TRABALHO (2005):

O aprofundamento da crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na economia solidária encontramos milhares de trabalhadores e trabalhadoras organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação.

É por esse motivo que o Ministério do Trabalho se comprometeu a aceitar o desafio de implementar políticas de geração de renda e inclusão social, no qual diz que para isso é necessário que haja empregos e trabalhos com outras formas de relação que não seja a de empregado e patrão.

Com a criação do Senaes, comprometeu-se a apoiar e promover o fortalecimento dos empreendimentos, tanto diretamente quanto por meio da contratação de agências de fomento especializadas em economia solidária. A divulgação quanto aos seus objetivos foram expostos de tal maneira:

## QUADRO 1 - OBJETIVOS DO SENAES

Dimensionar e dar visibilidade ao universo dos empreendimentos de autogestão e economia solidária no Brasil
Qualificar os atores envolvidos com a implementação das políticas públicas direcionadas à economia solidária e à autogestão.
Promover a economia solidária em desenvolvimento junto aos empreendimentos de autogestão.
Facilitar o intercâmbio de experiências e reflexões sobre temas afins entre empreendimentos.
Contribuir para organização da autogestão na geração de trabalho e renda aos trabalhadores.

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

NOTA: Elaboração Própria

A Senaes diz que a economia solidária deve ser um enfrentamento da precarização do trabalho, feito de forma coletiva e realizado com processos participativos e sustentáveis de desenvolvimento local. É preciso que haja o interesse e objetivos em comum, a propriedade coletiva dos meios de produção, a justa distribuição dos resultados alcançados e uma dimensão econômica, que se apresenta como uma alternativa para a geração de trabalho e renda para os que se encontram excluídos do mercado de trabalho e sem possibilidades de trabalhar e ganhar em atividades por conta própria. De acordo com NASCIMENTO (2004, p.1)

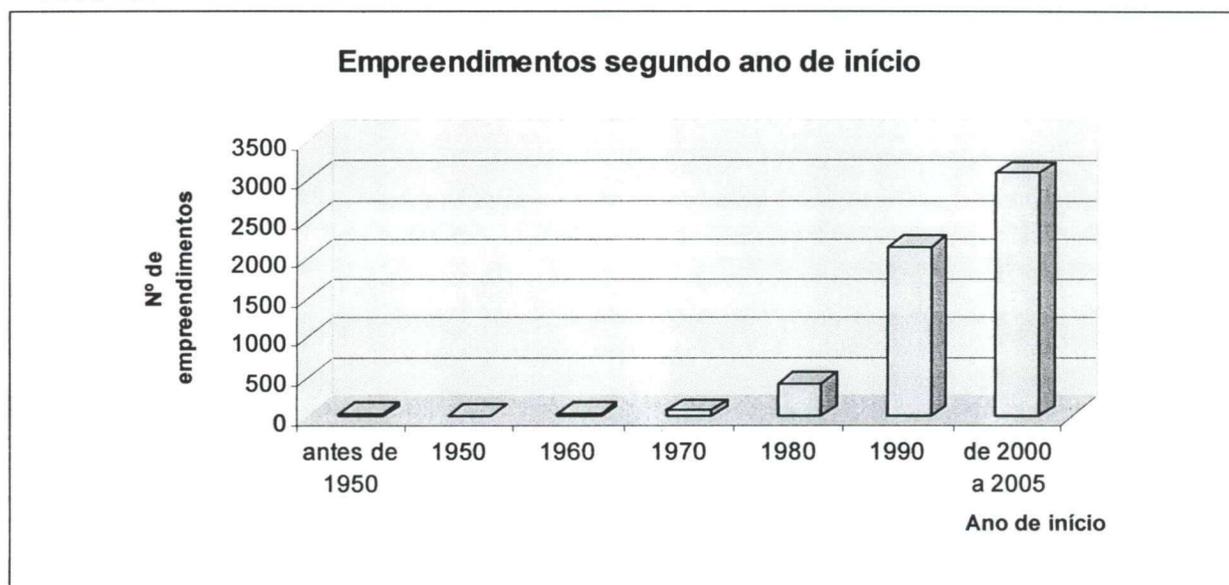
A Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES surgiu como expressão, no campo da política de Estado, de um amplo movimento social assentado nas diversas formas de existência da Economia Solidária, que significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente a nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob hegemonia da globalização financeira.

Para saber se um empreendimento é de economia solidária, o Senaes coloca condições e características para que um determinado empreendimento seja considerado solidário, que são as seguintes: é uma organização coletiva ou suprafamiliar, formado por trabalhadores urbanos ou rurais, e que todos ou quase

todos são proprietários ou co-proprietários, e que são eles próprios os administradores. Realizam atividades econômicas em pelo menos uma das seguintes áreas: produção de bens, prestação de serviços, fundos de crédito, comercialização, consumo solidário. O empreendimento é permanente, dispondo ou não de registro legal.

No segundo ano da implantação da secretaria, já foi notado o interesse na população em se integrar nos processos de economia solidária, como é mostrado no gráfico a seguir:

**GRÁFICO 2 – EMPREENDIMENTOS FORMADOS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO SENAES NO BRASIL – 2003 A 2005**



FONTE: MTE

Nota: Secretaria Nacional de Economia Solidária

Analisando o quadro, nota-se a grande influência que a implantação da Secretaria obteve. Antes de 1990, eram quase inexistentes os empreendimentos solidários. Os poucos que existiam eram de natureza cooperativista. Após o ano de início do programa, em 2003, houve um crescimento surpreendente do interesse na formação de empreendimentos solidários. E o Governo Federal pretende aumentar ainda mais esse número, incentivando a população que essa é uma opção viável para quem busca a volta ao mercado de trabalho. Em 2005 foi feito um mapeamento com os empreendimentos solidários registrados no SENAES. O Sistema Nacional de informações da Economia Solidária, o SIES, identificou os

empreendimentos econômicos solidários que praticam autogestão, cooperação, solidariedade e que possuem viabilidade econômica. Foi aplicado questionário nos empreendimentos, onde algumas das perguntas são mostradas nos quadros a seguir:

**QUADRO 2- MOTIVOS PARA A CRIAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005**

O QUE MOTIVOU A CRIAÇÃO DO EMPREENDIMENTO	
MOTIVOS	TOTAL
Uma alternativa ao desemprego	6.736
Obter maiores ganhos em um empreendimento associativo	5.832
Uma fonte complementar de renda para os/as associados/as	6.588
Desenvolver uma atividade onde todos são donos	4.700
Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios	4.380
Recuperação por trabalhadores de empresa privada que faliu	131

FONTE: MTE

Nota: Secretaria Nacional de Economia Solidária

Como é mostrado no quadro acima, das 28.367 pessoas entrevistadas, 6.736 responderam que a entrada para uma empresa solidária foi a alternativa do desemprego, ou seja, a busca por trabalho é o que mais motiva uma nova prática de produção. O objetivo do Senaes é justamente esse, que a economia solidária seja uma opção a enfrentar o desemprego. À questão é saber também se esta é uma opção viável, se há a geração de renda, se estão sendo praticados os princípios da economia solidária e se os empreendimentos estão propícios a conseguirem se sustentar sozinhos.

**QUADRO 3 – PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005**

continua

Quais as formas de participação de sócios(as) nas decisões	
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	TOTAL
Participação nas decisões cotidianas do empreendimento	9.829
Eleição da diretoria em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios/as	9.312
Prestação de contas aos sócios/as em assembléias geral/ reunião do coletivo de sócios/as	9.259

**QUADRO 3 – PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005**

	conclusão
Acesso aos registros e informações do empreendimento	9.022
Decisão sobre destino das sobras e fundos em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios	7.296
Plano de trabalho definido em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios/as	6.276
Contratação e remuneração definidas em assembléia geral/reunião do coletivo de sócios/as	2.212

FONTE: MTE

Nota: Secretaria Nacional de Economia Solidária

No quadro superior, é visto que a prática da autogestão pode ser demonstrada nos empreendimentos. Uma das características mostradas no sub-capítulo 3.2.1, no qual foi apontada as características da prática da autogestão, é confirmada acima. A presença de democracia, como a participação dos cooperados nas decisões da empresa solidária, na participação da eleição da diretoria e nas decisões do cotidiano em geral é demonstrada no quadro 3.

**QUADRO 4 – SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005**

continua

No ano anterior, os resultados da atividade econômica do empreendimento, sem contar as doações de recursos, caso existam, permitiram:	
DESCRIÇÃO	TOTAL
Pagar as despesas e ter uma sobra	5.632
Pagar as despesas e não ter nenhuma sobra	4.906
Não deu para pagar as despesas	2.362
Não se aplica	1.959
TOTAL	14.859
Se houve sobra, qual o destino?	
DESTINO DAS SOBRAS	TOTAL
Fundo de reserva	2.304
Fundo de investimento	2.273
Distribuição entre os sócios/as	2.128

**QUADRO 4 – SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS EMPREENDIMENTOS  
SOLIDÁRIOS NO BRASIL – 2005**

		Conclusão	
integralização de capital		285	
Fundo de solidariedade		220	
Fundo de assistência técnica e educacional		183	
Outro		144	
Se estiver conseguindo remunerar os sócios(as) que trabalham no empreendimento, qual a remuneração média mensal?			
FAIXAS	EMPREENDIMENTOS	TOTAL DAS MÉDIAS	MÉDIA
O ou sem resposta	7.477	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Até R\$ 100,00	2.219	R\$ 133.007,38	R\$ 59,94
De R\$ 100 a R\$ 300	3.137	R\$ 695.217,00	R\$ 221,62
De R\$ 300 a R\$ 500	1.043	R\$ 429.724,50	R\$ 412,01
De R\$ 500 a R\$ 1000	772	R\$ 565.061,00	R\$ 731,94
Maiores que R\$ 1000	306	R\$ 829.250,66	R\$ 2.709,97
<b>TOTAL</b>	<b>14.954</b>	<b>R\$ 2.652.260,54</b>	

FONTE: MTE – Programa de Economia Solidária

No quadro 4, é visto que a maioria dos empreendimentos conseguem obter retiradas, depois de pagar as despesas. Na grande parte das empresas solidárias, as sobras vão para um fundo de reserva, no qual é decidido em assembléias o seu destino, que normalmente são para investir no empreendimento, ou nos estudos dos próprios sócios. O caso negativo que é visto é que na maioria dos empreendimentos, a renda obtida é muito pequena, sendo impossível o sustento do trabalhador. São mínimos os empreendimentos que conseguem uma boa remuneração, de 5% à 2% deles.

## **5 INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES: A EXPERIÊNCIA DA UFPR**

Incubadora tecnológica de cooperativas populares - ITCP - surgiu como proposta para o auxílio aos empreendimentos solidários existentes. A Universidade Federal do Paraná é uma das instituições que participa do programa, no qual se iniciou em 1999, e que visa construir soluções para os problemas que surgem na economia solidária. A seguir irá ser analisada o seu trabalho, no qual irá ser mostrada algumas considerações sobre uma visita feita a ITCP. Após, irá ser mostrada a pesquisa feita em algumas empresas solidárias assessoradas pela incubadora.

### **5.1 COMO FUNCIONA A ITCP DA UFPR**

Em visita à Incubadora Tecnológica da UFPR, foi constatado como é feito seu trabalho. Foi explicado como são escolhidas as empresas que receberão a ajuda da Incubadora. Primeiro, alguma comunidade que esteja interessada em fazer parte do programa contata o Ministério do Trabalho. Este avalia a comunidade, e se interessar, manda o projeto à SENAES. Este também fará uma avaliação, que passará para a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, SETEP, que mandará o projeto para a Incubadora. A equipe fará uma visita à comunidade, e se tudo for aprovado, será feito o processo de pré-incubagem: é feito um pré – diagnóstico, com uma duração de 16 horas; um curso de formação, com uma duração de 60 horas; e é feita uma passagem de viabilidade econômica, com uma duração de 20 horas. Nesse processo são realizados cursos de economia solidária, principalmente o ensino da autogestão; cursos de associativismo e cooperativismo, em diferentes níveis; são efetuados seminários, encontros e núcleos de estudos. É feita uma formação dos trabalhadores cooperados. Depois das 96 horas com essas atividades, é realizada a Incubação, com uma duração média de 2 a 3 anos. Nesta etapa, a Incubadora acompanha semanalmente o empreendimento, além de conceder assessoria técnica. É nessa fase que é recebida ajuda do SENAES. O processo de incubagem é feito no tempo necessário até que seja avaliada se a cooperativa poderá ser mantida sozinha. Há grandes possibilidades que, quando a

desincubagem é feita, a empresa solidária se transforme em capitalista. Mas o grupo da Incubadora não acredita que este fato seja um acontecimento negativo, pelo contrário. Eles crêem que se isto acontecer, é causa do grande crescimento da empresa, o que eles vêem como um ponto positivo.

## 5.2 PRINCIPAIS EMPRESAS SOLIDÁRIAS ASSESSORADAS PELA INCUBADORA TECNOLÓGICA DA UFPR

Com as informações obtidas na Incubadora da UFPR, foram feitas visitas às empresas solidárias que são assessoradas por ela. A seguir, serão mostrados as entrevistas e estudos feitos nas três principais cooperativas: a Cooperativa de Embalagens Brasil, situada no bairro do Uberaba, em Curitiba, a Cooperativa de Madirituba, e a Cooperativa Serramar, situada no município de Antonina.

### 5.2.1 Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA

Numa visita à cooperativa, foi feita uma entrevista com o presidente da empresa, Sebastião. Ele contou que a idéia de formar a empresa surgiu com o alto desemprego que se via na região. Fizeram uma reunião, com aproximadamente 80 pessoas, todas desempregadas, com nível baixo de escolaridade e com uma maior idade, assim tendo dificuldades no mercado de trabalho. A idéia inicial era formar uma cooperativa com esses desempregados, mas com alguma ajuda política. Não conseguiram entrar num acordo. Conheceram assim Marlene Popp coordenadora da Incubadora na época. Foram feitas algumas reuniões com os desempregados, explicando sobre o processo da ITCP. Assim, decidiram formar a COEMBRA, uma cooperativa de reciclagem de madeira para a produção de artefatos. Ganharam cursos de cooperativismo, cursos de capacitação, curso de autogestão de empresas, assessoria contábil e jurídica, planejamento, a fundação e legalização da cooperativa. Hoje, a Incubadora está um pouco afastada da empresa, com o propósito de que ela consiga aprender a se manter sozinha, porém, ela continua dando assistência, e promovendo alguns cursos.

Atualmente, com 5 anos de idade, são apenas 20 cooperados, mas que estão conseguindo manter seus objetivos, que é a geração de trabalho. O

presidente da empresa contou que não têm muito o conhecimento do que é autogestão, mesmo tendo aprendido nos cursos, porém, contou que todos os cooperados têm direito a voto nas decisões da empresa, todos participaram da eleição dos dirigentes, e suas sobras são todas divididas igualmente, de acordo com as horas trabalhadas. Foi afirmado que eles não pensam em deixar de ser uma cooperativa e tornar-se capitalista com a finalidade de crescer ou obter lucros maiores, pois é considerado que todos os trabalhadores são os donos da empresa, não querem que exista hierarquia e não tem interesse que isso mude. Assim, é constatado que eles mantêm o princípio de uma empresa solidária. Seus objetivos são o de continuar trabalhando para a geração de renda e inclusão social, porém eles esperariam alguma ajuda governamental para se manterem melhor. Eles não têm prejuízo, e vêm obtendo sucesso no mercado, mas acham que poderiam melhorar a situação dos cooperados se o governo os ajudasse. E eles não tinham conhecimento que no governo Federal existe um programa de assistência às empresas solidárias.

#### 5.2.2 Comunidade do município de Mandirituba – COOPERMANDI

Uma cooperativa de pequenos artesãos, trabalhando no reaproveitamento de lonas para confecções de bolsas para serem vendidas em feiras, teve início das atividades em julho de 2000. Numa visita a cooperativa, uma das fundadoras, Irene, explicou que para a fundação da empresa, uma senhora, vendo a situação da comunidade, foi em busca de mulheres que poderiam se juntar a ela para a formação de uma cooperativa de costureiras. Tomaram conhecimento da Incubadora, a procuraram, e, desde então, vem sendo assessorada pela ITCP. Eram 32 trabalhadoras iniciais, e atualmente são 20 cooperadas, todas mulheres.

A presidente da empresa solidária, Luciana da Silva, explicou que elas praticam autogestão, sendo que todas participam das decisões da empresa, bem como as eleições das dirigentes. E as sobras são repartidas igualmente de acordo com as horas trabalhadas, ou seja, desde a pessoa que prepara a lona até os dirigentes, recebem a mesma quantia /hora. A incubadora as ajudou com a fundação e legalização da Copermandi, aplicou cursos de cooperativismo, autogestão, entre

outros. Ela não recebe nenhuma ajuda do governo, a não ser uma pequena ajuda do município de Mandirituba, que cedeu um espaço para elas trabalharem. O espaço é pequeno, e elas reclamam, pois gostariam de um ambiente maior, pois assim poderiam contar com mais associadas e aumentarem a produção, já que a demanda pelo produto é grande. As perspectivas das trabalhadoras é justamente esse, de poderem crescer. Foi perguntado para uma das fundadoras se pensam em deixar de ser uma cooperativa. Foi dito que não, pois ali todas já trabalharam em empresas capitalistas, e não gostam da idéia de trabalhar com hierarquia entre os cargos, e acham que assim, sendo donas do seu próprio trabalho, conhecendo o processo de produção e participando do rendimento da empresa, as trabalhadoras obtêm uma maior auto-estima, uma maior dedicação para a cooperativa, e assim todos saem ganhando. Foi percebido um porém na visita a empresa solidária: elas não tinham o conhecimento que poderiam ser ajudadas governamentalmente através do programa Senaes, e nem sabiam da existência dessa secretaria da economia solidária.

### 5.2.3 Cooperativa de Pescados de Antonina – COOPSERRAMAR

A produção e comercialização de carne de siri e de bacucu teve início em março de 1999. São 42 pescadores e tiradeiras de carne de siri e bacucu, onde 45% dos cooperados são analfabetos e 55% com o ensino fundamental incompleto, que, com isso, haveria muita dificuldade de serem empregados se não fosse a cooperativa. A Incubadora ajudou com a fundação e legalização da empresa, além de oferecer cursos de cooperativismo e de capacitação na área específica. Alunos da UFPR desenvolvem estudos como projeto arquitetônico, jurídico, contábil, ambiental, entre outros.

## 6 CONCLUSÃO

Como mostrado no capítulo 1, no qual foi abordada uma crítica ao capitalismo, foi visto como esse sistema pode causar o que pode ser chamado de o maior problema de todos os tempos entre a população mundial – a falta de emprego, o baixo salário, insuficiente para o sustento de uma família, a exclusão social. A dificuldade para encontrar um emprego começa com a substituição do homem pela máquina, desde o século XVIII com a primeira Revolução Industrial. Desde então, o trabalho manufatureiro vai perdendo sua importância. Vivemos num mundo que a aquisição de lucros é cada vez maior, sendo que para isso é preciso que haja a redução de custos, por exemplo com a compra de equipamentos com mais tecnologia, no qual fica menos necessário o trabalho humano, tornando excedente o número de trabalhadores fora do mercado de trabalho. Assim, os proprietários capitalistas se aproveitam do alto desemprego e abaixam os salários, já que com a alta concorrência empregatícia, mais pessoas se subordinarão a trabalhar por qualquer salário e por quaisquer condições. Mesmo com o passar dos anos, no qual o sindicalismo foi ganhando força, os países dando atenção ao desenvolvimento social, e o aumento da preocupação com a camada pobre do planeta, assim mesmo não há de se negar a ideia de que o capitalismo continuará grandiosamente poderoso, de que há empresários que só pensam em enriquecer ainda mais, mesmo que para isso os pobres continuarão a ficar mais pobres. Não se pode negar que a massa trabalhadora cresce insistentemente, muito mais do que cresce a oferta de trabalho.

Dando o exemplo do Brasil, que quase 2 milhões de pessoas são analfabetas<sup>1</sup>, ou com escolaridade baixa. No mundo globalizado, modernizado e exigente que vivemos, é preciso cada vez mais estudo, mais aprimoração, mais trabalhador qualificado. No nosso país, o número de trabalhadores aptos pelas exigências do mercado é mínimo. E é nesse paradigma que nascem muitas alternativas de lidar com a situação.

---

<sup>1</sup> Segundo IBGE - 2005

Neste presente trabalho foi abordada a idéia de economia solidária, um sistema ainda novo e quase que desconhecido, mas que surge da elaboração de alternativas para lidar com a falta de emprego.

No Brasil, 18% da população vive com o trabalho informal. Em uma reportagem no programa Globo Repórter, da rede Globo, cujo assunto era a informalidade foi citada uma pesquisa feita em conjunto com a Faculdade Mackenzie, em São Paulo, pela PUC do Rio Grande do Sul e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no qual contava sobre o motivo da opção da informalidade. 22% dos trabalhadores informais responderam que foi por causa do desemprego, e 33% responderam que foi pela liberdade, de não haver quem mande neles. Quando se trata de cooperativa, os entrevistados falaram que é um meio mais fácil de dividir despesas, e contar com o coletivo. A única reclamação foi a ausência de férias e a existência de instabilidade financeira, pois não se sabe o quanto irão ganhar a cada mês. Mas existe a satisfação profissional. Se sentem mais valorizados, e há liberdade com responsabilidade.

Com visitas feitas na Cooperativa Coembra, e na Cooperativa Coopermandi, e estudo feito sobre a Cooperativa Serramar, foi constatado uma situação semelhante. Os associados obtêm uma satisfação melhor do que quando trabalhavam em empresas capitalistas. Apesar de ganharem pouco, acham que é o suficiente para seu sustento. E a maior importância é que conseguiram obter uma opção viável contra o desemprego, e conseguiram a inclusão social novamente.

Há, contudo, alguns pontos. Diante da grandiosidade do capitalismo, a empresa solidária pode estar propícia em mudar sua forma de administração, da autogestão para a heterogestão, deixando de ser uma economia solidária.

É nesse contexto que se pode concluir que uma economia solidária pode ser uma alternativa à geração de trabalho e a inclusão social. Não se pode dar tanta afirmação quando se trata da geração de renda. Conforme visto no quadro 4, pode-se ver que os resultados financeiros obtidos ainda são baixos. Mas fica a esperança que a vontade de vencer os obstáculos dos problemas sociais seja maior que a vontade de desistir da solidariedade e cooperação. Que cooperativas que estão conseguindo se manter, com ou sem ajuda governamental, sejam dados como

exemplo e incentivo de que é possível existir um sistema sem hierarquias, sem subordinação, sem falta de liberdade, sendo satisfatório e valorizando o próximo com responsabilidade.

## REFERÊNCIAS:

BENATO, J.V.A. O ABC do Cooperativismo. São Paulo: ICA-OCESP. 1994

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. Programa de economia solidária. Disponível em:

<<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>> Acesso em: 04/02/2006.

FARIA, J.R.V de. Autogestão. In: Gediel, J. A. P. Estudos de Direito Cooperativismo e Cidadania. Curitiba: UFPR, 2005. p. 113- 124.

GARDINI, A. Robôs trabalham. Sobram operários. Revista Com Ciência. Out. 2005. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2005/10/05.shtml>. > Acesso em: 04/08/2006.

MARX, K. O Capital – crítica da economia política. Livro I, volume II: o processo de produção do capital. 2. ed. Nova Cultural. 1985.

MARX, K. e ENGELS, F Manifesto do Partido Comunista 1. ed. Martin Claret. 2002.

MONTECLARO, L. Marxismo e desemprego estrutural. Centro De Mídia Independente. Abr 2004. Disponível em:

< <http://brasil.indymedia.org/pt/blue/2006/05/354403.shtml>>. Acesso em: 04/08/2006.

NASCIMENTO, C. A AUTOGESTÃO E O “NOVO COOPERATIVISMO”. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, mai. 2004. Disponível em:

< <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>>. Acesso em: 04/02/2006.

PINHO, D.B. Dicionário de Cooperativismo. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1961.

POCHMANN, M. Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites. Publicações do IpeaData. 2004. Disponível em:

<[http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_24g.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf)> . Acesso em 23/04/2006.

SANTOS, A.C. A economia precisa ser solidária e empreendedora. Mundo Jovem, Rio Grande do Sul. n 366, mai. de 2006. Entrevista. Disponível em:

< <http://www.mundojovem.pucrs.br/entrevista-05-2006.php>>. Acesso em: 02/09/2006.

SAYÃO, S. A vida sem Patrão. **Globo Repórter**. Rede Globo. Jul.2006. Disponível em: < <http://globoreporter.globo.com/Globoreporter/0,19125,2702-p-2006-07,00.html>> . Acesso em: 29/07/2006.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

Singer, P. Singer e a Economia Solidária. **Folha do Amapá**. Entrevista concedida à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. São Paulo. 21.09.2006. Disponível em: <<http://www.economia.esalq.usp.br/~geedes/entrevista.html>> Acesso em: 23/04/2006.

**BIBLIOGRAFIAS RECOMENDADAS:**

**GALLO, Z; MARTINS, L.A.T.P; PERES, M.T.M. Pobreza, meio ambiente e economia solidária: o caso de Piracicaba. Revista da Fae. Curitiba, v. 8, n.1, p.39-50, jan./jun. 2005**

**JUSTINO, M.J. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares: a experiência da UFPR. Curitiba: UFPR, 2002.**

**LIMA, J. C.Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 19 nº 56. Out. 2004.**

**SINGER, P. È Possível levar o desenvolvimento às Comunidades Pobres? MTE. Brasília, mai. 2004.**

**SINGER. P. O Capitalismo – Sua Evolução, sua lógica e sua dinâmica. Ed. Moderna. 1989.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Livros das Normas Técnicas. Ed UFPR. 2000**

**WONGHON, M. Economia solidária é tema de debates no 2º Fórum Social Brasileiro. Jornal Brasil Agora. Abr, 2006.**

## SUMÁRIO DOS ANEXOS

ANEXO 1 – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA ÀS COOPERATIVAS.....	38
ANEXO 2 - ENTREVISTA DE PAUL SINGER AO JORNAL FOLHA DO AMAPÁ	40
ANEXO 3 - – FICHA DE INSCRIÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO PARA PARTICIPAÇÃO DO SENAES.....	45
ANEXO 4 - OPERACIONALIZAÇÃO DE ENTRADA AO SENAES – ELABORADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO.....	47

## ANEXO 1 – ENTREVISTA ÀS COOPERATIVAS

## ENTREVISTA ÀS COOPERATIVAS

- Como surgiu a idéia de formar a empresa solidária?
- Qual a idade do empreendimento?
- As pessoas interessadas eram desempregadas?
- Quantas pessoas iniciais?
- Já conheciam o processo de economia solidária?
- Praticam os princípios da economia solidária, como a autogestão?
- No que a ITCP ajudou a cooperativa?
- A ITCP continua a assessorar a empresa hoje?
- Estão conseguindo atingir os objetivos?
- Pensam em deixar de serem cooperativas?
- Recebem ajuda governamental?
- Quais as perspectivas quanto ao futuro da empresa solidária?

**ANEXO 2 – ENTREVISTA DE PAUL SINGER AO JORNAL “FOLHA DO AMAPÁ”**

# Entrevista: Paul Singer

---

*Paul Singer é um dos maiores estudiosos da Economia Solidária no Brasil. Austríaco, de Viena, mora no Brasil desde 1940. É formado em Economia e Administração, doutor em Sociologia, além de outras formações. Possui 23 obras publicadas e atualmente é secretário nacional de Economia Popular Solidária, no Ministério de Trabalho e Emprego do governo brasileiro. Nesta entrevista ao jornal Folha do Amapá, dada em junho 2003, ele conceitua a Economia Solidária e fala de seu avanço no Brasil.*

Como o senhor conceitua a economia solidária?

É uma economia formada por empresas onde os trabalhadores são capitalistas e os capitalistas são os trabalhadores. Não há separação entre a propriedade e o trabalho. Todos que trabalham na empresa são donos da empresa por igual. Cada um tem a mesma parte do capital e, portanto, os mesmos direitos de decisão. Pratica-se a autogestão, que é a administração da empresa por todos que trabalham nela democraticamente. Nós não sabemos exatamente onde a economia solidária começou, mas na Europa, com certeza, no fim do século 18, com a primeira revolução industrial. Na Inglaterra ela tomou forma mais nítida a partir do século 19. Houve muitas tentativas, centenas de cooperativas formadas por trabalhadores desempregados, que tinham perdido seu trabalho em função da revolução industrial. Mas a partir da segunda metade do século 19 esse tipo de economia tomou a forma de cooperativas, se difundiu no mundo inteiro, e hoje a Aliança Cooperativa Internacional tem como associados, através das cooperativas que são parte dela, 600 milhões de pessoas no mundo inteiro. Isso é mais ou menos 10% da população mundial.

**O** senhor vê a economia solidária como uma reação ao capitalismo. **O** que ela pretende?

No fundo, é criar um outro tipo de economia e sobre ela um outro tipo de sociedade, onde não há ricos e pobres, e não há quem manda e quem obedece. A estrutura capitalista das empresas é extremamente autocrática. Todo poder está na propriedade ou em quem representa a propriedade, e os outros trabalhadores obedecem a ordens. Essa hierarquia é tão rígida hoje quanto foi cem anos atrás. Nada mudou, essencialmente. A proposta da economia solidária é exatamente eliminar essa divisão de classes e, a partir daí, criar uma economia não capitalista, que todos participem em atividades sociais, ou seja, todos são associados por igual.

**Existem mais economias solidárias no Brasil do que nos outros países?**

Há um surto extremamente forte de economia solidária no Brasil, desde os anos 90, e está se acelerando hoje, inclusive tem ganhado apoio político e social. Em 1999, a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica teve como tema “Por que Desemprego?”, mostrando que o desemprego não é uma coisa inevitável e colocando a economia solidária como uma das mais importantes alternativas ao desemprego. Então eu não tenho dúvida de que hoje o Brasil é palco do maior surto de economia solidária, que também está se expandindo fortemente em alguns outros países da América Latina e aparentemente também na Índia e possivelmente nos países da África. A verdade é que a informação que nós temos é muito precária, tanto em relação ao nosso país quanto aos outros países.

**A economia solidária pode ser considerada uma alavanca para**

### o desenvolvimento local?

Eu acho que certamente no Amapá é, se tomar em consideração que as cooperativas são formadas tanto por castanheiros como por pescadores e outros. A economia solidária é uma forma eficaz de dar força a pequenos produtores, que é a característica da economia extrativista na Amazônia inteira. Através das cooperativas os pequenos extrativistas se unem, e sem que ninguém mande em ninguém eles conseguem industrializar eventualmente seus produtos, agregar mais valor e dar mais competitividade.

### **O que é ou quem é que fomenta a economia solidária?**

Há uma série de entidades hoje especializadas, além da Cáritas, que foi, ao meu ver, a entidade que deu mais impulso, ainda nos anos 80, quando nós vivemos o início desse novo auge da economia solidária no Brasil. Existe a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas e de Participação Acionária (Anteag). Estas empresas surgem de empresas capitalistas que estão quebrando, já quebraram, e conseguem que essas empresas sejam assumidas por seus trabalhadores sob forma de cooperativas ou outras formas semelhantes, e na maneira da economia solidária reabilitam essas empresas. Hoje existem mais de cem empresas dessa natureza associadas à Anteag. O MST é outra entidade que cria economia solidária nos assentamentos da reforma agrária, a Contag também faz isso, os sindicatos rurais da CUT, a Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT, que tem uma atividade forte na criação de cooperativas de crédito, enfim, sem esquecer as incubadoras universitárias de cooperativas populares, que já se fazem presentes em

cerca de vinte universidades brasileiras, de Manaus até Pelotas.

**É possível fazer um paralelo entre economia solidária e economia sustentável?**

Eu acho que existe uma forte afinidade entre esses conceitos, mas eles não são idênticos. A economia sustentável, pelo que eu entendo, refere-se à forma de as pessoas, na atividade econômica, tratarem os recursos naturais e o meio ambiente, uma forma inteligente de preservar os recursos naturais e, sobretudo, a qualidade do ambiente, o que é fundamental para que o desenvolvimento não cesse amanhã por destruição das suas bases físicas e da idéia de sustentabilidade. A economia solidária é uma proposta em relação a como se organiza socialmente a atividade produtiva, uma forma igualitária e democrática. As duas coisas vão muito bem juntas, aqui no Amapá, mas eu acho que não vale a pena confundi-las. São propostas afins, porém não idênticas.

*21/09/2003*

**ANEXO 3 – FICHA DE INSCRIÇÃO DE UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO  
PARA PARTICIPAÇÃO DO SENAES**

**FORMULÁRIO I**  
**IDENTIFICAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDARIA**

1. Nome do empreendimento: \_\_\_\_\_
2. Endereço: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_
3. Município: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_
4. Telefone: \_\_\_\_\_ FAX: \_\_\_\_\_
5. E-mail: \_\_\_\_\_
6. Pessoa de(para) contato: \_\_\_\_\_
7. CNPJ: \_\_\_\_\_
8. Forma de organização (resposta única):
- Grupo informal
- Associação
- Cooperativa
- Empresa autogestionária
- Rede, Central de Associações, Complexo Cooperativo e similares
- Outra: \_\_\_\_\_
9. Atividades econômicas do empreendimento (marcar as principais):
- Extrativismo (pesca, silvicultura, exploração florestal, mineração, etc.)
- Agricultura, agropecuária, agroindústria
- Produção (indústria, artesanato, confecções, etc.)
- Prestação de serviços (alimentação, consultoria, limpeza, serviços gerais, etc.)
- Crédito / fundo rotativo
- Consumo (bens de consumo, habitação, saúde, etc.)
- Outra: \_\_\_\_\_
10. Número atual de participantes (assinale a alternativa mais conveniente):
- Pessoas físicas associadas: \_\_\_\_\_
- Famílias associadas: \_\_\_\_\_
- Pessoas jurídicas associadas: \_\_\_\_\_
11. Ano de início do empreendimento: \_\_\_\_\_
- Observações Gerais: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- Responsável pelo preenchimento: \_\_\_\_\_
- Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

ANEXO 4 – OPERACIONALIZAÇÃO DE ENTRADA AO SENAES – ELABORADO  
PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**  
**SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA**  
**SENAES/MTE**

**COMO ELABORAR SEU PROJETO PARA SOLICITAR**  
**APOIO DA SENAES/MTE?**

***PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM***  
***DESENVOLVIMENTO***





As orientações a seguir não impedem que a entidade proponente dê a sua cara ao projeto. Não há limites de espaço e, caso se julgue relevante para a avaliação do projeto, a entidade pode anexar fotos, folhetos e outros materiais.

Em linhas gerais, o projeto deve conter os seguintes pontos:

- **Identificação da Entidade:**

São os dados cadastrais da entidade proponente e executora (nome, CNPJ, endereço, telefone, email) e de seu representante legal (nome, cargo na entidade, CPF, RG número e órgão expedidor).

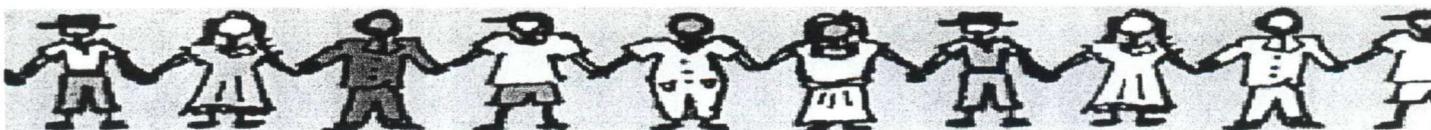
- **Apresentação da Entidade (Quem somos?):**

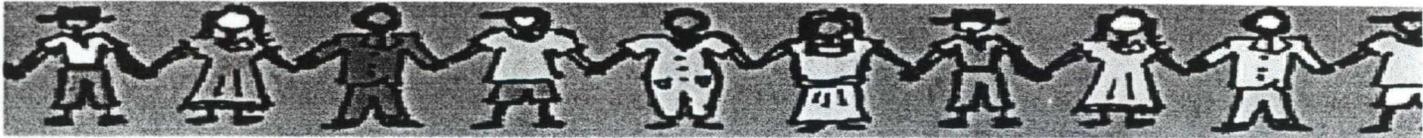
Incluir comentários sobre:

- Origem e histórico da entidade;
- Infra-estrutura física
- Objetivos e principais atividades desenvolvidas pela entidade;
- Projetos já realizados;
- Resultados já obtidos, incluindo números de beneficiários atendidos direta e indiretamente;
- e outras informações julgadas apropriadas.

- **Identificação do Projeto:**

São os dados cadastrais do projeto (título, local e período de realização, valor total, recursos solicitados à SENAES, detalhando os itens solicitados, recursos próprios e, caso haja, recursos de terceiros).





- **Histórico e Situação Sócioeconômica** do Município e Comunidade a ser Beneficiada;

- **Descrição**

Trata-se de um pequeno resumo do projeto que está sendo apresentado

- **Histórico e Situação Sócioeconômica** do Município e Comunidade a ser Beneficiada;

- **Justificativa do Projeto** (Por quê?):

Abordar as origens do problema e suas conseqüências, as alternativas (medidas práticas) para solucioná-las, e a realidade que se espera atingir a partir da implantação do projeto.

- **Objetivos do Projeto** (Para quê?):

Definir claramente os objetivos **gerais** e **específicos**, que devem corresponder à solução de problemas e/ou aproveitamento de potencialidades diagnosticadas.

- **Público-Alvo do Projeto** (Quem será beneficiado?);

Indicar e caracterizar o público-alvo.

- **Beneficiários** (Quantos?);

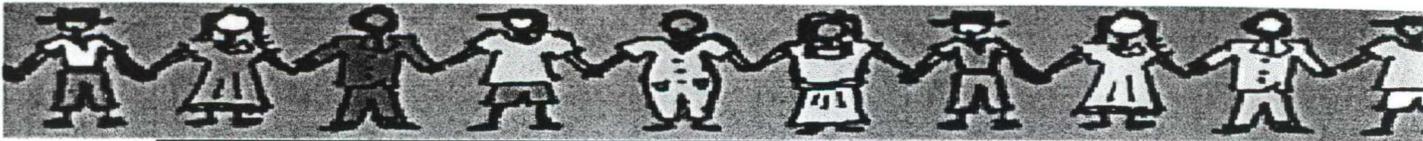
Indicar a quantidade de beneficiários diretos e indiretos (para ajudar a estabelecer a relação custo/benefício), e a estimativa de geração de empregos.

- **Metas** (O quê? Quando? Quanto? Onde?);

Indicar, caracterizar e quantificar as metas a serem atingidas com a implantação do projeto.

- **Resultados esperados;**





Indicar quais os resultados previstos com a implantação do projeto e quais os efeitos e reflexos esperados sobre o cotidiano da comunidade.

- **Prazo de Execução**

Período do projeto

- **Operacionalização;**

Quem vai executar e como será executado? Quem vai custear as despesas de funcionamento? Quem administrará e como será administrado?

- **Declaração da Inexistência de outras fontes de recursos para os valores solicitados no projeto;**

- **Cronograma Físico-Financeiro**

Quais são as etapas e o que vai ser realizado em cada etapa? Por quanto tempo? (Distribuir os desembolsos mensalmente) Quanto será gasto em cada etapa e no total?

- **Informações complementares**

Informações que o proponente julgue serem necessárias para a melhor compreensão do projeto

## **8. Qual a documentação necessária?**

Estes documentos serão solicitados caso o projeto seja aprovado na análise de mérito e encaminhado à análise formal.

A entidade proponente precisará apresentar:

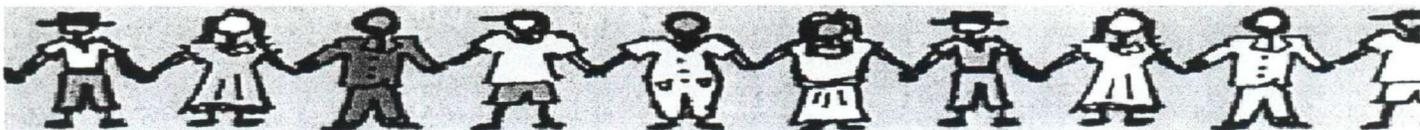


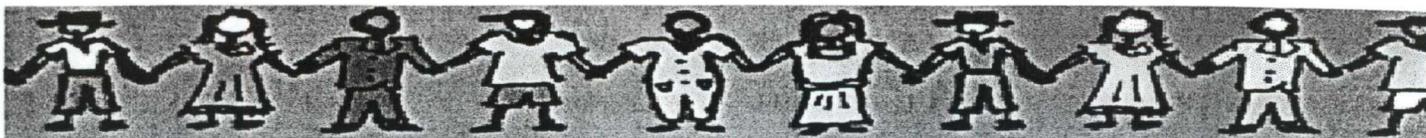


- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade e CPF do dirigente máximo da entidade proponente;
- Cópia autenticada em cartório dos atos constitutivos (Estatuto ou Contrato Social), devidamente registrados;
- Cópia autenticada em cartório da ata de eleição da atual diretoria ou decreto de nomeação do seu dirigente máximo ou, no caso de prefeituras, termo de posse;
- Cópia do cartão do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, com prazo de validade em vigor;
- Certidão Negativa de Débito – CND, do INSS; caso a CND seja “Positiva com Efeito de Negativa”, anexar cópia dos recibos de pagamento das 03 (três) últimas parcelas;
- Certificado de Regularidade de Situação (CRS), da Caixa Econômica Federal;
- Certidão Negativa de Tributos, Multas e Outros Encargos junto à Fazenda Nacional, fornecida pela Secretaria de Receita Federal – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN. Caso a certidão se encontre na situação de “Positiva com Efeito de Negativa”, anexar o comprovante de pagamento dos 03 (três) últimos meses;
- Certidão Negativa de Tributos, Multas e Outros Encargos junto às Fazendas Municipal e Estadual;
- Declaração de quem não está em situação de mora ou de inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal Direta e Indireta.

## **AVALIAÇÃO DOS PROJETOS APOIADOS**

O proponente encaminhará a SENAES um relatório sobre o desenvolvimento e avaliação do projeto que poderá conter:





- Data da assinatura do convênio e início das atividades;
  - Resumo do projeto apresentado;
  - Período de tempo a que se refere o relatório;
  - Objetivos atingidos;
  - Metas atingidas;
  - Evolução técnica do projeto
  - Elementores facilitadores e dificultadores no desenvolvimento do projeto.
- Outras observações que o proponente considerar importante sobre o projeto.

